

CARTA ABERTA À SOCIEDADE BRASILEIRA EM DEFESA DAS POLÍTICAS SOCIAIS DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR

A situação atual desperta para uma reflexão sobre o papel do Estado em momentos de crise e leva a rever a relevância de determinadas políticas públicas, que até pouco tempo eram sustentadas para fazer frente a situações adversas, a exemplo da que estamos vivendo.

A pandemia que ora assola o país encontrou os estoques estratégicos de alimentos do governo federal em níveis esgotados. A manutenção de estoques estratégicos para enfrentar momentos como esse é vital para a economia do país e para atendimento às populações mais vulneráveis em situação de insegurança alimentar.

No que se refere ao abastecimento alimentar nacional, quando a situação do país está normalizada, o mercado pode funcionar, sobretudo nas cidades bem estruturadas. Todavia, quando surge problemas que refletem na quantidade de estoques de alimentos em nível nacional, como problemas climáticos, desastres naturais, incidentes globais como é o caso da pandemia Covid-19 (coronavírus), o mercado precisa da intervenção do Estado, que por sua vez deve estar devidamente preparado para atuar, regularizando o abastecimento ou mesmo estar na retaguarda para eventualidades inesperadas.

A política de manutenção de estoques estratégicos de alimentos, utilizada por muito tempo, foi totalmente abandonada nos últimos anos, **pois os governos mais recentes acreditavam e talvez ainda acreditem que o mercado se alto regula em qualquer situação.**

É fato que hoje não existem estoques governamentais de alimentos para contingência em situações de calamidade, tampouco de apoio aos programas sociais que visem minimizar a fome de milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza.

Por mais que o setor agropecuário esteja pujante nos dias atuais, bate às portas da sociedade a possibilidade do desabastecimento alimentar, provocado pela corrida aos supermercados derivada do desespero dos cidadãos frente ao inimigo invisível que assola o mundo.

Soma-se a isso, outro grave problema advindo da logística de transporte desarticulada, cujos profissionais em trânsito encontram os restaurantes à beira das estradas fechados por determinação dos órgãos sanitários locais.



ASNAB

Fica evidente que abandonar as políticas públicas sociais, sem vislumbrar estratégias de enfrentamento de crises inesperadas, remete o Estado a equívocos que podem vir a ser irreparáveis e danosos a milhões de cidadãos brasileiros.

Ainda que a disponibilidade de alimentos no comércio e na indústria não esteja sob risco e que uma parcela da população tenha o privilégio de estocar comida e álcool em gel e de se manter em casa, minimizando o perigo, há uma camada desprotegida incapaz de acatar as recomendações sanitárias, o que expõe, mais uma vez, o aspecto político e social da pandemia e conseqüentemente reforça a importância da manutenção de determinadas políticas públicas, principalmente aquelas relacionadas ao abastecimento e segurança alimentar.

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, tem a expertise há décadas, em relação ao enfrentamento de situações de calamidade e de atendimento às populações vulneráveis em situação de insegurança alimentar e nutricional. A companhia está pronta para executar as políticas públicas cabíveis ao momento em todo o território brasileiro.

Os colaboradores desta Companhia, há anos, vêm alertando os seus dirigentes, governantes e a classe política, sobre os riscos de não se priorizar as políticas públicas sociais de abastecimento alimentar que possibilitem o enfrentamento das crises sociais e do mercado econômico nacionais.

A Associação Nacional dos Empregados da Conab – ASNAB, entidade representativa dos empregados da Conab, conhecedora da capacidade técnica dos seus colaboradores vem exortar a sociedade brasileira, dirigentes, governantes e a classe política brasileira para uma grande articulação nacional urgente, a fim de reativar e/ou implementar os atuais ou novos programas sociais de abastecimento que podem ser desenvolvidos neste momento para a sociedade brasileira, tais como os seguintes que possuem toda regulamentação necessária e processos já consolidados:

1. **Aquisição e distribuição de cestas básicas;**
2. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), utilizando os instrumentos de compra direta, Cédula de Produto Rural (CPR), nas modalidades CPR-Doação e CPR-Estoque;**
3. **Aquisições do Governo Federal (AGF);**
4. **Compra de produtos para atendimento aos programas sociais ou de abastecimento alimentar;**
5. **Programa de Vendas em Balcão – ProVB**
6. **Novas aquisições de produtos para as Políticas relativas às operações dos**



ASNAB

estoques públicos de produtos agropecuários amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) com recursos das Operações Oficiais de Crédito (OOC), de modo a equilibrar a oferta e demanda de alimentos;

7. Venda e compra simultânea (troca) para atendimento aos programas sociais;
8. Doação para atendimento emergencial, programas sociais e de ajuda humanitária;
9. Vendas em Balcão; venda via Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos (Refap);
10. Venda de produtos dos estoques públicos sem subvenção e com subvenção como o Valor para Escoamento do Produto (VEP);
11. Movimentação dos estoques públicos.

Esses são apenas alguns exemplos do que o governo federal pode utilizar emergencialmente neste momento de crise, posto que já existem normativos e experiência da Conab para suas devidas execuções, além de novos instrumentos que podem e devem ser pensados pelos órgãos federais de maneira articulada.

É preciso agir com coragem, inteligência e desprovido de ideologias! Pensar como Estado e, como tal, governar para todas as camadas da sociedade, direcionando políticas específicas para aquelas mais vulneráveis, esse papel do estado é indiscutível, principalmente numa sociedade tão desigual como a brasileira.

Nessa hora fica evidente que o Estado brasileiro deve manter estoques governamentais, depositados não somente em armazéns privados prestadores de serviços, mas também na rede própria de armazéns da Conab, o que merece estudo aprofundado para ampliar estrategicamente a rede própria atual. Tal que, num momento de crise como esse, os alimentos já estejam posicionados e o abastecimento alimentar não dependa, ainda, que seja feita a compra e a remoção, partindo logo para a distribuição dos produtos. Todavia, as medidas nesse campo, que foram tomadas nos últimos anos, vão na contramão das necessidades da sociedade brasileira.

Atento ao agravamento da situação, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Rio Grande do Sul – CONSEA-RS, no dia 18/03/2020, considerando a declaração de estado de emergência de saúde pública de importância internacional, emitiu a Recomendação nº 02/CONSEA/CONSEA-RS/2020.

A referida recomendação, entre diversas medidas para evitar riscos de insegurança alimentar e nutricional durante o estado de emergência de saúde pública, instância, *in-verbis*:

...

VI – O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA devem receber imediatamente aumento de investimentos públicos e



ASNAB

deverão estar à disposição de agentes da Assistência Social para que a partir da realidade de cada localidade, levando em consideração todas as recomendações, as populações tenham acesso a esses alimentos e recursos, que preferencialmente sejam distribuídos evitando a aglomeração de pessoas;

VII – Ressalvar feirantes da agricultura familiar de todas as restrições de circulação de pessoas para que permita a continuidade do abastecimento alimentar em cadeias curtas de comercialização existentes;(CONSEA-RS, 2020).

...

Com o entendimento congruente ao que a ASNAB pensa para o momento, *“mais de 80 entidades civis de todas as regiões do país publicaram um apelo para que o direito à saúde e à alimentação da população brasileira seja respeitado, protegido e garantido. O documento conjunto apresenta uma série de propostas de combate à fome serem implementadas, em caráter urgente e emergencial, pelos governos nas esferas federal, estadual e municipal.*

Assinadas por fóruns, redes, articulações, movimentos e organizações da sociedade civil, as proposições incluem a revogação imediata da Emenda Constitucional 95 (EC 95), a criação de Comitês de Emergência para o Combate à Fome e medidas que passam pelo fortalecimento da agricultura familiar, pelos caminhos de distribuição de alimentos para as populações mais vulneráveis, por programas como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e pelo controle dos estoques e dos preços.

Ao lado da proposição dessas prioridades, o documento repudia a Medida Provisória (MP) N° 927 da Presidência da República e se soma à campanha pela renda básica emergencial, articulada pela Rede Brasileira de Renda Básica.”(ABA, 2020)”.

Somam-se a todos os acontecimentos, as medidas e recomendações do momento, as demandas que a Conab está recebendo, nesses dias de pandemia, sobre o desabastecimento em âmbito nacional.

Infelizmente precisou acontecer um estado de calamidade pública internacional para se compreender a importância de uma empresa com a missão e capacidade da Conab. Capacidade essa que vem sendo desconstruída, ano após ano, sob a justificativa de que o mercado assume seu papel.

Diante da gravidade do momento, a ASNAB alerta ao governo federal, a classe política, organizações da sociedade civil, fóruns, redes e demais entes governamentais para importância da manutenção, fortalecimento e extensão das políticas públicas de abastecimento e segurança alimentar compromissadas não apenas com as questões socioeconômicas, mas, mais do que isso, reforçando o caráter humanístico, onde propiciar o viver com dignidade passe a ser a tônica.

Brasília (DF), 31 de março de 2020.

Diretoria Executiva da ASNAB NACIONAL